

**NIEP  
MARX**Núcleo Interdisciplinar de Estudos e  
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

# Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
<b>Trabalho, Educação e Sociabilidade: a pedagogia política renovada e alternativas à conformação da sociabilidade burguesa.</b>			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
<b>Bruno de Oliveira Figueiredo</b>	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	Professor Substituto
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>As mudanças estruturais e superestruturais desencadeadas pela crise da ordem capitalista de produção e reprodução social expressam a atualidade da configuração da luta de classes. Como resposta a esta crise, a busca de nova regularidade da ordem social evidencia a ação do capital em amplo processo de reestruturação da produção e de recomposição dos mecanismos de mediação do conflito de classes. Essa resposta voltada para a recomposição das bases de acumulação é caracterizada por intensa inserção de ciência e tecnologia na produção, que provoca diminuição substancial do trabalho vivo, configurando o desemprego estrutural e os problemas sociopolíticos e econômicos da atualidade. Nesse contexto, a manutenção da hegemonia da classe fundamental exige uma ação pedagógica para a formação e conformação das camadas subalternas à nova dinâmica da sociabilidade do capital, materializando uma pedagogia política renovada. Pretendemos caracterizar a dinâmica dessa pedagogia política renovada, as mudanças no papel das políticas sociais do Estado, com ênfase nas políticas educacionais. Além dos aspectos da conformação social, nosso objetivo é explicitar a educação como campo de disputa de hegemonia, evidenciando alternativas que se contrapõe à conformação da sociabilidade burguesa. A legitimidade e consenso em torno do projeto do empresariado ganha contornos mais sofisticados em função da complexificação das relações de poder entre Estado (estrito <i>sensu</i>) e sociedade civil, ou seja, o aprofundamento do fenômeno da ocidentalização evidenciado por Antônio Gramsci.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Estado; hegemonia; política educacional.			
ABSTRACT			
<p>Los cambios en La estructura y la superestructura provocada por la crisis del sistema capitalista de producción y reproducción social, indican la configuración actual de la lucha de clases. En respuesta a esta crisis, la búsqueda del nuevo orden social muestra periódicamente la participación del capital en una amplia reestructuración de la producción y la recuperación de la mediación del conflicto de clases. Esta respuesta se centró en la reconstrucción de las bases de la acumulación y se caracteriza por una intensa integración de la ciencia y la tecnología en la producción, lo que provoca disminución sustancial del trabajo vivo, el establecimiento de desempleo estructural y los problemas socio-políticos y económicos de la actualidad. En este contexto, la hegemonía continuada de la clase fundamental requiere de una acción pedagógica para la formación y conformación de las clases más bajas a las nuevas dinámicas de lo capital de la sociabilidad, la materialización de una “nueva” pedagogía política. Tenemos la intención de caracterizar la dinámica de esta pedagogía política renovada, los cambios en el papel de las políticas sociales del Estado, con énfasis en las políticas educativas. Además de los aspectos sociales de la conformación, nuestro objetivo es explicar la educación como un campo de lucha por la hegemonía, haciendo hincapié en las alternativas que se opone a la conformación de la sociabilidad burguesa. La legitimidad y el consenso en torno al proyecto describe el negocio gana más sofisticados debido a la complejidad de las relaciones de poder entre el Estado (sentido estricto) y la sociedad civil, es decir, la profundización del fenómeno de la occidentalización evidenciado por Antonio Gramsci.</p>			
KEYWORDS			
Estado; hegemonía; política educativa.			
EIXO TEMÁTICO			
Marx e a formação humana			

# **TRABALHO, EDUCAÇÃO E SOCIABILIDADE: a pedagogia política renovada e alternativas à conformação da sociabilidade burguesa.**

Bruno de Oliveira Figueiredo<sup>1</sup>

DAT/UFRRJ

O esgotamento do modelo fordista de acumulação e do modo de regulação social do Estado de Bem-Estar Social se configura em uma nova crise estrutural, a partir do final dos anos 1960 e início dos 1970. Em busca de nova regularidade para o sistema, o capital responde com a combinação do receituário neoliberal, como modo de regulação social, e com o regime de acumulação flexível. Diferentemente da rigidez da organização produtiva fordista, a produção enxuta e flexível deste novo regime aposta na introdução maciça de ciência e tecnologia na produção e em novas formas de gestão da produção, almejando a flexibilidade do sistema produtivo e das relações de produção.

Essas mudanças são caracterizadas pela inserção intensa de ciência e tecnologia na produção, que desencadeia a diminuição substancial do trabalho vivo e condiciona a capacidade do setor produtivo em absorver a força de trabalho disponível, configurando o desemprego estrutural e os problemas sociopolíticos e econômicos da atualidade.

Para compreendermos esse movimento e mudanças nas sociedades contemporâneas, primeiramente, resgatamos os conceitos de sociedade civil, sociedade política e a ampliação do conceito de Estado, ou seja, a concepção de sociedade como bloco histórico.

Em um segundo momento, evidenciamos a modificação das estratégias estatais para a manutenção da hegemonia burguesa, com base nos conceitos gramscianos de “hegemonia”, “bloco histórico” e “Estado ampliado”. Nesse contexto, evidenciamos a hegemonia do projeto neoliberal de sociabilidade, com suas características neoliberais clássicas e sua mediatização pelos partidários da Terceira Via, materializando um projeto de alcance mundial, constituindo-se na reconfiguração do projeto de sociabilidade burguesa.

Na terceira parte do texto, buscamos a compreensão do significado político ideológico da articulação atual entre educação básica e educação profissional, no contexto da reforma do Estado brasileiro. Dessa forma, evidenciamos o papel dessa articulação, fundamentada na Teoria do Capital Humano, dando suporte a formação de um trabalhador de novo tipo, mais adequado a dinâmica do capitalismo.

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela UFRRJ. Professor Substituto do Departamento de Administração e Turismo (DAT), do Instituto Multidisciplinar (IM), da UFRRJ e da Faculdade Internacional Signorelli. Membro do Grupo de Pesquisas sobre Trabalho Política e Sociedade (GTPS), da UFRRJ. E-mail: mbrunosaar@yahoo.com.br.

## **O ESTADO EDUCADOR E SUA PEDAGOGIA POLÍTICA RENOVADA**

### ***Sociedade Civil e Sociedade Política no Interior da Superestrutura***

Considerando o trabalho como fundante do ser social, Marx e Engels (1998, p. 40) concebem a sociedade como a dinâmica entre as forças produtivas e as relações de produção, configurando suas características e forma no desenvolvimento do processo histórico. Essa história das sociedades se constitui na história da luta de classes, na conquista do poder político por uma classe e a submissão de toda a sociedade as condições de apropriação.

Dessa forma, Marx e Engels concebem a sociedade civil como o conjunto das relações econômicas e sociais, compondo a estrutura social e atribuindo grande importância ao desenvolvimento do processo sócio-histórico. Essa concepção de sociedade civil pode ser melhor evidenciada no seguinte fragmento de “*A Ideologia Alemã*”:

A sociedade civil abarca o conjunto do intercâmbio material dos indivíduos no interior de um estágio determinado das forças produtivas. Ela abarca o conjunto da vida comercial e industrial de um estágio e, nessa medida, ultrapassa o Estado e a nação, apesar de, por outro lado, ela ter de se afirmar ante o exterior como nacionalidade e se articular no interior como Estado (MARX; ENGELS, 2007, p. 74).

Ao analisar as origens do conceito de sociedade civil e suas características, Portelli (2002, p. 20-21) aponta o caráter de originalidade deste conceito em Gramsci, por possuir características terminológicas e dimensões diferenciadas. Nessa análise, Portelli (2002, p. 17-21) faz uma crítica a Bobbio pela atribuição da origem do conceito gramsciano de sociedade civil a Hegel, constituindo-se em uma interpretação forçada e unilateral. Segundo Portelli (2002, p. 21), a concepção de sociedade civil gramsciana se constitui em um conjunto complexo e extenso, composto por organismos “privados” com a função de hegemonia que a classe dominante exerce em toda a sociedade. Assim, a sociedade civil, em oposição à sociedade política, se constitui no conteúdo ético-moral do Estado ampliado (sociedade civil + sociedade política), com a capacidade de direção do bloco histórico.

A análise da sociedade civil deve considerar suas três dimensões: a ideologia da classe fundamental que abrange a totalidade social (ciências, artes, economia, direito etc.); a concepção de mundo difundida em todas as camadas sociais, com o objetivo de criar vínculos com a classe dirigente e adaptar os grupos sociais ao projeto de sociedade da burguesia, configurando-se em diferentes graus dessa concepção de mundo (a religião, a filosofia, senso-comum, folclore); a direção ideológica da sociedade articulada em três níveis essenciais: a ideologia, os organismos de criação e difusão (estrutura ideológica) e o material ideológico (mídia de massa, sistema escolar etc.) que são os instrumentos técnicos de disseminação da ideologia (PORTELLI, 2002, p. 21).

Com a intensificação do comércio e da indústria e dos meios de comunicação, Marx e Engels (2007, p. 75) verificam a ampliação da propriedade privada, o estabelecimento de uma ordem econômica concorrencial e a necessidade do Estado como mediador da concorrência entre os capitais singulares, funcionando como um mecanismo de garantia da propriedade privada e um gerente nos negócios e interesses da classe dominante.

A concepção de Estado de Marx e Engels se restringe a um comitê gestor dos negócios da burguesia, a um mecanismo de garantia da propriedade burguesa, como podemos verificar nas seguintes afirmações: “o executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX; ENGELS, 1998, p. 42). “Como o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e que sintetiza a sociedade civil inteira de uma época, segue-se que todas as instituições coletivas são mediadas pelo Estado, adquirem por meio dele uma forma política” (MARX; ENGELS, 2007, p. 76). Dessa forma, Marx e Engels concebem a sociedade civil como estrutura e base da superestrutura político-ideológica do Estado e, este, como um comitê da burguesia para a garantia de seus interesses, sendo o resultado do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção em um determinado período histórico e impulsionado pelo advento da sociedade burguesa. Verifica-se essa concepção na seguinte afirmação:

A palavra sociedade civil [*bürgerliche Gesellschaft*] surgiu no século XVIII, quando as relações de propriedade já haviam se libertado da comunidade antiga e medieval. A sociedade civil, como tal, desenvolve-se somente com a burguesia; com este mesmo nome, no entanto, foi continuamente designada a organização social que se desenvolve diretamente a partir da produção e do intercâmbio e que constitui em todos os tempos a base do Estado e da restante superestrutura idealista (MARX e ENGELS, 2007, p. 74).

Essa concepção do Estado como aparelho de dominação e exercício legítimo da força e coerção terá em Gramsci o mesmo significado que sociedade política. Nesse aspecto, a sociedade política possui aspectos diferenciados, dependendo do grau de articulação com a sociedade civil.

A partir do conceito de hegemonia, Gramsci analisa a relação entre coerção e consenso em função da complexificação da sociedade civil e a decorrente ampliação do Estado (sociedade civil + sociedade política). Sobre hegemonia, Gramsci (1989, p. 33) afirma que:

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deve levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa. Mas também é indubitável que os sacrifícios e o compromisso não se relacionam com o essencial, pois se a hegemonia ético-política também é econômica; não pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica.

A conquista da hegemonia ético-política pela classe fundamental em um Estado ampliado toma a forma de uma guerra de posições, em um embate entre sociedade civil e sociedade política. Assim, a sociedade civil toma a forma de superestrutura político-ideológica, como podemos verificar na seguinte afirmação:

A mesma redução deve-se verificar na arte e na ciência política, pelo menos no que se refere aos Estados mais avançados, onde a “sociedade civil” transformou-se numa estrutura muito complexa e resistente às “irrupções” catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.): as superestruturas da sociedade civil são como o sistema de trincheiras na guerra moderna (GRAMSCI, 1989, p. 73).

Essa complexificação da sociedade civil e sua relação com o Estado em sentido estrito pode ser verificada quando Gramsci (1989, p. 74-75) analisa a estratégia revolucionária de frente única de Lênin, considerando a complexificação das relações políticas na sociedade civil.

Assim, o Estado ampliado, na concepção gramsciana, se constitui em: “[...] todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não só o seu domínio, mas consegue obter o consentimento ativo dos governados, é evidente que todas as questões da sociologia não passam de questões da ciência política” (GRAMSCI, 1989, p. 87).

Com o desenvolvimento e consolidação do Estado moderno, as estratégias da dominação de classe se modificam, constituindo-se em uma combinação de coerção e persuasão, substituindo a dominação direta de grupos sociais, pela hegemonia ativa da classe dominante. Essas mudanças são desencadeadas pelo grau de ocidentalização das sociedades, ou seja, a complexificação das relações de poder e o grau de politização da sociedade civil. Essa complexificação da sociedade civil como espaço de organização da vontade coletiva, exige do Estado a redução de suas práticas baseadas na coerção, com práticas educativas regressivas e negativas, dando espaço para uma combinação de coerção e persuasão, com práticas educativas positivas. Essa combinação consiste em ações voltadas para conformar ética e moralmente a sociedade civil nos limites da sociabilidade burguesa, tornando-se um Estado educador para a manutenção da hegemonia da classe fundamental (NEVES, 2005, p. 22-24).

A manutenção da hegemonia burguesa e do seu projeto de sociedade exige do Estado ações pedagógicas voltadas para formar certo homem coletivo, mais adequado ao desenvolvimento do aparelho econômico de produção e legitimar as mudanças estruturais necessárias à continuidade e funcionalidade desse aparelho. Assim, o Estado capitalista assume o papel de educador, com a tarefa de criar novos tipos de civilização mais adequada ao funcionamento do aparelho econômico de produção (NEVES, 2005, p. 25-26).

Com o horizonte de formar e criar sempre novos tipos de civilização mais adequada ao funcionamento da economia e do setor produtivo, as estratégias e ações pedagógicas se modificam a cada crise estrutural do sistema capitalista. O desequilíbrio entre estrutura e superestrutura desencadeia modificações nas duas esferas com o objetivo de manter a hegemonia da classe fundamental e formar um novo bloco histórico. Nesse contexto, o Estado aciona medidas na aparelhagem estatal e na sociedade civil, por intermédio dos aparelhos privados de hegemonia, para desenvolver uma reconfiguração da pedagogia política, com o objetivo de reajustar as relações de poder e conformar técnica e eticamente a população à sociabilidade burguesa (NEVES, 2005, p. 26-27).

Nesse contexto de redefinição do modo de regulação social e dos mecanismos de mediação do conflito de classes, surgem as políticas sociais, em especial as políticas educacionais como ações estratégicas do Estado capitalista.

Esse processo pode ser evidenciado nos momentos de crise estrutural do capital, como percebemos na crise dos anos 1930 e na crise do esgotamento do modelo taylorista/fordista de acumulação ao final dos anos 1960. Assim, iremos analisar as duas crises estruturais e o surgimento de mudanças na política social como mecanismo de mediação do conflito de classes.

O processo revolucionário para a consolidação da sociedade burguesa estava voltado para o rompimento com a estrutura da sociedade feudal e a ascensão da burguesia como classe dirigente (BEHRING, 2006, p. 4-5). Para a conquista da hegemonia e direção da sociedade, a burguesia, detentora da hegemonia econômica, disseminou uma pedagogia política anti-estatal, atribuindo ao mercado o poder de regulação social e maximização do bem-estar coletivo. Dessa forma, deslocando o homem da realidade e retirando sua capacidade de decisão dos rumos sociais, a regulação social passa a ser direcionada por uma força externa ao homem, o mercado livre, transformando o homem de sujeito a ator social direcionado pela “mão invisível” do mercado (BEHRING, 2006, p. 4-6). Além de proporcionar a ascensão da burguesia, essa estratégia, fundamentada no liberalismo, tinha como objetivo camuflar a contradição entre a socialização do trabalho e apropriação privada do trabalho social, como aspecto inerente ao modo de produção capitalista e manter o equilíbrio entre estrutura e superestrutura.

A regulação social com os pressupostos do liberalismo redefinia a relação entre Estado em sentido estrito e sociedade civil. Nesse aspecto, o Estado deveria ser mínimo e controlado pelos indivíduos da sociedade civil, restrito às seguintes funções: defesa da nação contra inimigos externos; poder de arbitragem e proteção dos indivíduos nos conflitos interpessoais; provimento de obras públicas não executadas pela iniciativa privada. Esse bloco histórico formado encontra seus

limites a partir da segunda metade do século XIX até o início do século XX (BEHRING, 2006, p. 4-5).

À medida que o capital se torna hegemônico, as relações de poder na sociedade civil se complexificam, evidenciando as contradições entre a socialização do trabalho e a apropriação privada do trabalho social. Essa evidência proporciona a elevação do nível de consciência social das desigualdades sociais promovidas pelo modo de produção capitalista (NEVES, 2005, p. 22-23).

A complexificação das relações de poder na sociedade civil se materializa nas organizações dos diversos sujeitos políticos coletivos, em aparelhos privados de hegemonia, com níveis diferenciados de consciência política. Essa organização dos sujeitos políticos coletivos ocorre em torno de dois blocos antagônicos em disputa pela direção política e cultural da sociedade. Nesse contexto de disputa de hegemonia política e cultural, os diversos sujeitos políticos coletivos, organizados em prol do projeto de sociabilidade dos trabalhadores, ocupam espaços políticos importantes e formulam a concepção de mundo dos trabalhadores com o objetivo de superação da sociedade de classes (NEVES, 2005, p. 22-23).

Como resultado da crise estrutural iniciada na segunda metade do século XIX e da luta de classes, as primeiras legislações e medidas de proteção social surgem nos países centrais da economia capitalista a partir do final desse século. Porém, a generalização dessas medidas de proteção social transformada em uma política ampla só ocorre com o desenvolvimento do Estado de Bem-Estar como modo de regulação social (BEHRING, 2006, p. 2).

A partir da crise estrutural dos anos 1930 e da ameaça do comunismo, o capital utiliza-se da combinação do keynesianismo e Estado de Bem-Estar Social como modo de regulação social e mediação do conflito de classe. Esse modo de regulação social foi utilizado em conjunto com um novo modelo de organização produtiva taylorista/fordista, que conformou os trabalhadores a essa configuração política por meio da garantia de direitos políticos e sociais nos limites de valorização do capital (SOUZA, 2008, p. 313-316).

Para manter a reprodução do sistema capitalista e evitar a adesão ao projeto socialista, o Estado, em sentido estrito, redefiniu suas estratégias usando a combinação de coerção e persuasão, sendo esta por meio de ações educativas na direção da garantia de direitos sociais, redução das desigualdades de acesso a riqueza socialmente produzida e acesso ao poder. Como ação coercitiva podemos evidenciar o ataque ao sindicalismo operário de base territorial e, como ação persuasiva, os altos salários e diversos benefícios sociais, disseminação político-ideológica (NEVES, 2005, p. 29-30).

A pedagogia política nos anos de taylorismo/fordismo se desenvolveu com a ampliação da cidadania político-social, ou seja, a ampliação dos direitos sociais ligados a grande política, como trabalho, educação, saúde, moradia, transportes de massa, políticas sociais executadas diretamente pelo aparelho de Estado, além do acesso ao poder político de forma limitada. Essa ampliação da cidadania e das políticas sociais se constituiu em estratégias estatais para a busca do consenso em torno da sociabilidade burguesa e para impedir que as organizações da classe subalterna ultrapassassem o nível econômico-corporativo para o nível ético-político de consciência política coletiva. Dessa forma, a luta de classes proporcionou o aumento dos direitos de cidadania durante o desenvolvimento do fordismo e da Guerra Fria, mas ao mesmo tempo desencadeou a redução do nível de consciência política coletiva dos partidos revolucionários, constituindo-se nos partidos socialdemocratas (principalmente na Europa), além de transformar o sindicalismo de classe em sindicalismo por resultados (NEVES, 2005, p. 30-31).

### ***A Política da Terceira Via como Instrumento Estratégico de Ação da Nova Pedagogia da Hegemonia***

Em meados dos anos 1990, desenvolve-se como aparente alternativa ao neoliberalismo um amplo projeto político de alcance mundial, com o objetivo de reconfigurar a sociabilidade burguesa nos limites do capitalismo, reordenando a política, a economia e as relações entre os indivíduos. Esse projeto tem como objetivo aperfeiçoar o projeto neoliberal, dando uma nova roupagem para legitimar e possibilitar a continuidade das reformas neoliberais, possibilitando a apresentação de um capitalismo mais “humanizado”. Assim, a Terceira Via, como projeto de alcance mundial, envolve governantes de diversos países e visa à reforma do capitalismo, por meio de mudanças na política e na economia, constituindo-se em um instrumento estratégico de ação da pedagogia política renovada (LIMA; MARTINS, 2005, p. 43-45).

A Terceira Via é apresentada como um projeto em oposição às concepções ditas radicais do neoliberalismo, apontando-se às premissas do Estado mínimo, da desregulamentação irrestrita do mercado e da promoção do individualismo econômico como fundamentalismo de mercado (LIMA; MARTINS, 2005, p. 44).

Para se diferenciar do neoliberalismo, acusa-o de abordar as transformações atuais geradas pela globalização de maneira muito limitada às necessidades econômicas mais imediatas, não percebendo que essa ênfase cria sérios problemas às bases sociais necessárias aos próprios mercados, comprometendo o desenvolvimento econômico de longo prazo (LIMA; MARTINS, 2005, p. 44).

Assim, a principal preocupação dos partidários da Terceira Via não tem como foco os efeitos de degradação social provocados pela implantação do neoliberalismo. Suas preocupações giram em torno da ameaça de revoltas sociais e abalo da coesão social. Em suas críticas e

argumentações, ocorre o esvaziamento do conteúdo político-econômico para camuflar os problemas causados pela adoção do neoliberalismo como resposta à crise estrutural do sistema capitalista, apresentando esses problemas sociais como uma questão de ingerência e medidas equivocadas de políticos conservadores (LIMA; MARTINS, 2005, p. 45).

Nesse processo de despolitização e descontextualização sociopolítica e econômica, a Terceira Via tem como base teses fragmentadas e descontínuas que deslocam o homem da realidade sócio-histórica, naturalizando os problemas decorrentes da implantação do receituário neoliberal, apontando o surgimento dos problemas sociais fruto de um desenvolvimento sem o controle humano, submetido a um mundo de incertezas e perturbações. Essas teses têm como objetivo justificar e possibilitar a continuidade do sistema de produção capitalista, camuflando as contradições e os antagonismos inerentes ao desenvolvimento desse sistema (LIMA; MARTINS, 2005, p. 45-47).

A partir desse processo de fragmentação e desconstrução da realidade para a adequação do cotidiano social à manutenção e à reforma burguesa do sistema capitalista, suas teses estão baseadas em uma crítica generalizada ao socialismo e às teorias marxistas, opondo-se às concepções de homem, como síntese das relações sociais e sujeito político com capacidade para dar direção e definir o seu destino no processo histórico; da história, como processo de luta de classes; da centralidade da categoria trabalho, como processo de constituição da natureza humana. Dessa forma, a Terceira Via adota, em oposição à categoria trabalho, uma abordagem reduzida, com a ideia de ocupação e emprego (LIMA; MARTINS, 2005, p. 45-46).

Com base na oposição a essas concepções, as críticas da Terceira Via são formuladas e direcionadas para apresentar o capitalismo como única alternativa viável para a humanidade, a alternativa mais adequada ao desenvolvimento humano. Assim, o socialismo revolucionário é representado com sentido antagônico à democracia. Essa “democracia” na concepção da Terceira Via, limita-se à concepção de democracia liberal-burguesa, restrita a um regime de governo com alternância de poder por meio de eleições, porém acrescenta a necessidade de criação de espaços para a solução de problemas em dissenso por meio do diálogo (LIMA; MARTINS, 2005, p. 46-47).

Por consequência, mesmo com a ampliação que propõe, mantém a delimitação da democracia somente como uma categoria política que dimensiona o direito à participação formal, à livre iniciativa dos indivíduos na vida em sociedade e à possibilidade de diálogos entre os indivíduos com a aparelhagem do Estado na busca de soluções para problemas controversos. Além de tudo isso, sugere que a democracia socialista seria uma continuação direta da democracia liberal com mais participação do povo (LIMA; MARTINS, 2005, p. 47).

Essa visão restrita de democracia tem como objetivo ocultar a principal contradição do capitalismo contemporâneo que consiste no alargamento da participação política convivendo com a apropriação privada dos bens sociais, culturais e econômicos (LIMA; MARTINS, 2005, p. 46-47).

Em termos teóricos e práticos, a questão central da democracia no projeto socialista não se limita, como sugerido pela Terceira Via, no “envolver o povo”, mas sim na superação dos mecanismos de poder que garantam a apropriação privada dos bens sociais, culturais e econômicos e ao mesmo tempo na supressão da apropriação privada dos meios de produção, eliminando todos os tipos e formas de coações econômicas e alienações promovidas pelo mercado para instituir “um novo mecanismo motor, uma nova racionalidade, uma nova lógica econômica” no sentido da construção do autogoverno dos produtores associados (LIMA; MARTINS, 2005, p. 47).

### ***Pressupostos Político-Ideológicos da Pedagogia Política Renovada***

O desenvolvimento da tecnologia microeletrônica e da informática e sua aplicação no desenvolvimento constante dos meios de produção, de comunicação e de transportes, constituem-se em dimensões de uma integração sistêmica dos mercados financeiros mundiais, ou seja, no processo de mundialização do capital. Essas mudanças intensas, que se expressam no âmbito cultural, tecnológico e econômico são apresentadas como um processo de globalização e integração dos países, como um processo autônomo que foge ao controle humano (LIMA; MARTINS, 2005, p. 47-48).

Com a afirmação da morte do socialismo e da globalização como processo autônomo, os partidários da Terceira Via apontam o Estado de Bem-Estar-Social como empecilho ao desenvolvimento econômico e social, como um problema crônico de viabilidade da continuidade do modo de produção capitalista, a Terceira Via se apresenta, então, como um projeto político necessário à superação do Estado de Bem-Estar-Social (LIMA; MARTINS, 2005, p. 47-48). Em um contexto de acirramento da competição mundial e de mudanças constantes, o Estado de Bem-Estar-Social se torna um sistema de regulação social a ser superado pela sua incapacidade de: eliminar a pobreza; redistribuição de renda; incompatibilidade com as transformações no mundo do trabalho. Além dessas incapacidades, o Estado de Bem-Estar-Social deve ser superado por provocar a dependência dos indivíduos a um sistema assistencial previdenciário (LIMA; MARTINS, 2005, p. 47-48).

Para legitimar e consolidar as mudanças estruturais necessárias à manutenção da hegemonia da classe dominante, Souza (2010, p.134) aponta a disseminação, no nível superestrutural, de uma “[...] pedagogia política capaz de conformar ética e moralmente a sociedade civil nos limites das leis de mercado, sob condições renovadas, mais de acordo com o estágio atual do desenvolvimento do capital” (SOUZA, 2010, p.134).

Nesse contexto, as referências ideológicas para a conformação ética e moral da sociedade civil nos limites da sociabilidade burguesa estão pautadas na concepção de uma sociedade pós-tradicional. Essa nova sociedade é caracterizada pela predominância de incertezas artificiais, com um mundo em constantes mudanças, gerando incertezas e dúvidas. Assim, essas mudanças são caracterizadas como um fenômeno inumano, em constante mutação e descontrole, onde o homem fica sujeito às mudanças do sistema capitalista. Com essa análise deslocada da realidade sócio-histórica, ocorre a naturalização do sistema capitalista como algo imutável e sem o direcionamento humano (LIMA; MARTINS, 2005, p. 48-49).

Partindo da história como síntese de acontecimentos incertos e constantes, a Terceira Via se estrutura em três pressupostos políticos que irão fundamentar as mudanças necessárias à relação entre Estado e sociedade civil, para a manutenção da ordem vigente (LIMA; MARTINS, 2005, p. 48-49).

Como pressupostos políticos, os teóricos da Terceira Via partem da evidência da crise de uma existência humana rígida de caráter fundamentalista, delineando uma nova ordem pós-tradicional. Essa nova ordem se constituiria em uma tradição reflexiva, baseada em uma moralidade individual e na possibilidade de consenso entre classes antagônicas por meio do diálogo social. Além desse pressuposto político, a Terceira Via oculta as causas do aprofundamento do processo de mundialização financeira e apresenta esse processo como uma globalização derivada do avanço tecnológico dos meios de comunicação e dos transportes de massa, proporcionando uma mudança cultural com uma intensa comunicação e deslocamento. Assim, a globalização, como um fenômeno cultural proporcionado pelo avanço tecnológico, estaria mudando os hábitos, costumes e cultura local, na direção de uma cultura com hábitos, valores e costumes universalistas (LIMA; MARTINS, 2005, p. 48-49).

Essa noção pressupõe a globalização como um fenômeno de compressão tempo-espaço, ao mesmo tempo em que nega o aprofundamento da hierarquização planetária que centraliza a riqueza e amplia a desigualdade no cenário da mundialização financeira. O que se evidencia nessa formulação é a ideia da inevitabilidade da mundialização do capital financeiro apresentada a partir da imagem de uma “aldeia global”, onde todos têm acesso a todas as mercadorias, incluindo a informação, em tempo real (LIMA; MARTINS, 2005, p. 49).

Essa concepção de integração global esconde a inserção de apenas uma pequena parte da população mundial nessa dinâmica, pois o capitalismo não precisa mais de um grande contingente no processo produtivo, relegando à exclusão desse processo grande parte da população mundial (LIMA; MARTINS, 2005, p. 49-50).

A expansão da reflexividade social apresenta-se como terceiro pressuposto político da Terceira Via. Nessa concepção, a intensificação da circulação de informações de forma globalizada,

ou seja, a informação por ela mesma seria capaz de gerar pessoas inteligentes, interativas, criativas e socialmente responsáveis (LIMA; MARTINS, 2005, p. 50).

Assim, a análise da informação por ela mesma, descontextualizada da realidade da sociedade capitalista, fundada na extração máxima de mais-valia e regulada pela lei do valor, tem como objetivo desconsiderar a existência de classes antagônicas como estrutura social desse modo de produção e reprodução da vida material. Além disso, desconsidera o controle sobre o acesso ao conhecimento como premissa fundamental para a relação de dominação da classe burguesa (LIMA; MARTINS, 2005, p. 50).

A necessidade da disseminação de uma pedagogia política específica, no atual patamar de desenvolvimento do capital, é determinada pela complexificação das relações de poder na esfera superestrutural e por meio da ampliação da participação social da classe trabalhadora nas esferas do poder, sendo utilizada como mecanismo de mediação do conflito de classes (SOUZA, 2010, p.134). A expressão dessa renovação política e ideológica se materializa nas ações da classe dominante para a redefinição do papel do Estado e a disseminação

de uma “nova” cultura cidadã fundada no individualismo e na competitividade, regulada pela lógica mercadológica, compondo a formação de um novo bloco histórico, um novo industrialismo, um novo tipo de metabolismo social para, assim, conservar em condições renovadas a sociabilidade do capital (SOUZA, 2010, p.134).

Para a redefinição do Estado com o objetivo de estabelecer uma nova relação com a sociedade civil, a importância atribuída ao Estado pela Terceira Via está no exercício legítimo da força. Assim, o Estado não deve ser burocrático e sufocante, mas um Estado necessário (LIMA; MARTINS, 2005, p. 51).

Dessa forma, Estado se confunde com Governo, gerando nova articulação entre a esfera estatal e a esfera privada, constituindo-se no conceito de público não estatal, que se constitui na evidência do Estado como estrutura de funcionamento e manutenção do sistema capitalista. Esse novo Estado democrático deve ser forte o suficiente para manter a estabilidade da economia e reordenar a política e a sociedade civil, renovando esta e forjando uma nova cultura cívica, fundada nas leis de mercado (LIMA; MARTINS, 2005, p. 51).

Esse processo exigiria: a disposição de a sociedade civil trabalhar em parceria com o Estado; o incentivo à auto-organização por grupos de interesses; o incentivo ao potencial das comunidades na resolução de seus próprios problemas; um pacto social para a solução pacífica dos conflitos (LIMA; MARTINS, 2005, 51-52).

Analisando a “nova pedagogia da hegemonia”, Neves (2005, p. 33-34) afirma a ocorrência de um processo de repolitização da política, ou seja, a redefinição do padrão de politização fordista.

Nesse contexto, ocorre uma disputa de hegemonia por dois projetos de estruturação do poder e de representação de interesses, um projeto de politização de tipo americano e um projeto de tipo europeu.

O projeto de tipo americano possui como expressão o neoliberalismo e estimula a defesa de interesses individuais e puramente corporativos e a auto-organização da sociedade civil como espaço de ajuda mútua (NEVES, 2005, p. 34). O projeto de tipo europeu tem como expressão a organização de um sindicalismo combativo e politizado, a organização de partidos com concepção de mundo homogênea e projetos estruturados e sistemáticos de sociabilidade, movimentos sociais de base. Dessa forma, a atual pedagogia política tem como objetivo reduzir e limitar o nível de consciência política coletiva das organizações das classes subalternas, estimular o individualismo como valor moral radical, expandir os aparelhos privados de hegemonia ligados a ações sem relação direta com as relações de trabalho. Nesse contexto, as políticas sociais são direcionadas para a faixa da população precarizada pelas medidas do receituário neoliberal, constituindo-se em um contingente ameaçador do consenso burguês de sociabilidade (NEVES, 2005, p. 33-37).

A partir da referência em relação ao conjunto de mudanças no projeto burguês de sociabilidade, apresentamos a função e natureza das políticas sociais do Estado capitalista para permitir a compreensão da Educação como campo de disputa de hegemonia.

## ***A REFORMA DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO***

### ***A Educação como Política Social do Estado Capitalista***

A natureza das políticas sociais tem sua origem e dinâmica determinadas pelas mudanças na organização da produção e nas relações de poder, com a mediação do Estado para a manutenção da ordem social, em função dessas mudanças (NEVES, 1999, p. 11-12).

As mudanças na organização da produção ocorrem na direção do aumento da produtividade social do trabalho, substituindo a extração de mais-valia absoluta pela mais-valia relativa, ou seja, a substituição da exploração extensiva do trabalho pela exploração intensiva, condicionada pelo aumento de investimentos em capital constante na produção. Essas mudanças na organização da produção são determinadas pelos antagonismos estruturais ou falhas estruturais como a queda tendencial das taxas de lucratividade global, que é inerente ao desenvolvimento do sistema de capital como um todo. Essa convivência conflitiva entre os diversos capitais singulares reflete nas relações de poder a concentração financeira e a internacionalização dos mercados, gerando novos conflitos entre capital/trabalho e intensificando a exploração da força de trabalho (NEVES, 1999, p.12-13).

É nesse processo de submissão intensa da força de trabalho ao capital que desencadeia a luta da classe trabalhadora pela ampliação dos espaços de participação na socialização da riqueza e do poder, complexificando as relações sociais e políticas que perpassam o cotidiano social. “Essa complexificação crescente das relações intra e interclasses no capitalismo monopolista exigiu, do Estado, tanto uma intervenção mais direta na valorização do capital quanto a adoção da mediação política como estratégia privilegiada de dominação” (NEVES, 1999, p.13).

Como ações de valorização do capital e reação contra a queda tendencial das taxas de lucratividade, o Estado retém recursos recolhidos do conjunto da sociedade para manter a reprodução ampliada da força de trabalho para o aumento das taxas de exploração intensiva, aumentando as taxas de mais-valia relativa. Esse aumento de extração de mais-valia relativa é propiciado pelos investimentos estatais nas áreas sociais, em pesquisa e inovações tecnológicas, ensino profissional, moradia, saúde, transporte etc. Dessa forma, as políticas sociais do Estado se desenvolvem em meio às contradições inerentes à ordem social capitalista, entre a socialização crescente do trabalho e a apropriação privada do trabalho social e entre a socialização da participação política e a apropriação privada dos aparelhos do poder (NEVES, 1999, p. 15-16). Nesse aspecto, segundo Neves (1999, p. 16),

[...] o ritmo e a direção do desenvolvimento das políticas sociais em determinada formação social concreta, portanto, são determinados pela consolidação dos níveis de participação popular alcançados – ou seja, do alargamento dos mecanismos de controle social das decisões estatais -, e, também, pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção.

Analisando a educação como uma política social do Estado capitalista, Neves (1999, p. 16-18) aponta o seu desenvolvimento determinado pelo avanço das forças produtivas e modificação da dinâmica das relações de produção, ao mesmo tempo em que ocorre o alargamento do controle social sobre as decisões estatais. Nessa dinâmica, o avanço das forças produtivas é determinado pela inserção de ciência e tecnologia na produção, alterando a divisão do trabalho e as relações de produção, além da forma de exploração do trabalho e extração de mais-valia. Essas alterações ocorrem com a incorporação das habilidades dos trabalhadores aos instrumentos de trabalho, exigindo novas habilidades e capacidades, além de alterar os padrões de sociabilidade humana, exigindo um novo espaço para a aprendizagem profissional e cultural. Assim, a escola reformulada para essa nova função passa a ser um espaço estratégico para a conformação de um trabalhador de novo tipo.

A complexificação da divisão social do trabalho exige, pois, não só a expansão da escolaridade mínima, para além do nível fundamental de ensino, mas também a multiplicação dos campos de saber a serem aprofundados. Multiplicam-se conseqüentemente os centros de pesquisa e de difusão científica, ampliando sua abrangência para um conjunto maior da população. A escola socializa-se, progressivamente, redefinindo ao mesmo tempo suas funções tradicionais

ideológicas e socializadoras, passando a ter como finalidade principal a formação técnica e comportamental de um novo tipo humano capaz de decifrar os novos códigos culturais de uma civilização técnico-científica (NEVES, 1999, p. 20).

Essa relação de aproximação entre ciência e vida é permeada pela correlação de forças políticas na luta entre interesses do capital e interesses dos trabalhadores por melhores condições de vida, em um patamar de desenvolvimento das forças produtivas em que o domínio do saber científico torna-se a mais importante força produtiva (NEVES, 1999, p. 19-21).

Dessa forma, pode se afirmar que, no mundo contemporâneo, o ritmo e a natureza do crescimento dos sistemas educacionais decorrem, prioritariamente, do binômio industrialismo/ democracia, o qual é visto sob óticas distintas pelo capital e pelo trabalho (NEVES, 1999, p. 25).

O binômio industrialismo/democracia<sup>2</sup> possui significado diferente entre a ótica do capital e a do trabalho. Esse binômio na ótica do capital tem como significado o aumento de produtividade e a manutenção das relações sociais de produção nos limites da lógica do mercado, com a socialização do conhecimento voltado para a valorização do capital e manutenção das relações de dominação da classe. Enquanto na ótica do trabalho, o binômio possui o significado de mudanças nas relações sociais de produção, com objetivo de superação da relação de dominação e contra a apropriação privada da riqueza produzida, além da socialização do conhecimento da natureza e da dinâmica social, colocando o trabalhador como sujeito do desenvolvimento social (NEVES, 1999, p. 26).

Na atual configuração da luta de classes, o Estado brasileiro tem ampliado os mecanismos de construção de consenso e mediação do conflito de classes. Nesse aspecto, na busca pela formação de competências para a conformação ética e moral do trabalhador à lógica do mercado, as políticas públicas de caráter social são permeadas por pressupostos e princípios político-ideológicos, para dar condições objetivas e subjetivas de valorização do capital ao constituírem-se em mecanismo de mediação do conflito de classes (SOUZA, 2010, p. 135-136).

Por esta razão, a educação, como política social do Estado capitalista, conserva em si esta contradição, pois ao mesmo tempo em que responde às necessidades de valorização do capital, por meio da formação de capital humano necessário à ampliação das taxas de mais-valia, também se constitui em espaço de disputa de

---

<sup>2</sup> Utilizamos-nos do termo “industrialismo”, conforme indicação de Souza (2008, p. 318), “[...] para fazer referência à unidade contraditória e discordante constituída de um lado, pelas ações e formulações decorrentes da inserção de ciência e tecnologia nos processos de produção, da implantação de novos modelos de gestão da força de trabalho, de surgimento de novos requisitos de formação e qualificação profissional, de flexibilização do trabalho e das relações de produção; de outro, pela reconfiguração dos mecanismos de mediação do conflito de classes, pela complexificação das relações de poder, pela renovação da idéia das leis de mercado como reguladoras da vida em sociedade, pelo culto ao individualismo, pela ofensiva ao modelo de Bem-Estar Social, minimização do papel do Estado na gestão das políticas sociais, redefinição da relação entre Estado e sociedade civil. Compreendemos (“industrialismo”) como um equilíbrio entre as esferas estrutural e superestrutural da sociedade que conforma um tipo determinado de metabolismo social que garante a reprodução social da vida material. O industrialismo é um estágio da vida em sociedade determinado pelo patamar de desenvolvimento científico e tecnológico e pelo seu nível de complexificação das relações de poder na sociedade civil”.

hegemonia, permeado de contradições, onde a burguesia procura construir o consenso em torno de sua concepção de mundo (SOUZA, 2010, p. 136).

Como contradições, podemos evidenciar a necessidade de ampliar o conhecimento científico e tecnológico necessário ao atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, ao mesmo tempo em que a manutenção das relações sociais capitalistas exige a limitação de acesso ao conhecimento. O acesso ao conhecimento deve ser dicotômico para manter a hegemonia da concepção de mundo burguesa. A educação, neste aspecto, está fundamentada na divisão do trabalho e na dicotomia entre formação para o trabalho intelectual e formação para o trabalho manual.

Assim, por meio dessa dicotomia, ocorre o controle do acesso ao conhecimento por parte da burguesia, disseminando diferentes tipos de formação/qualificação profissional. No contexto atual, a legitimação da concepção educacional ocorre por meio “[...] discurso integrador de defesa da universalização da educação básica, ampliação das oportunidades de educação profissional e combate ao trabalho infantil” (SOUZA, 2010, p. 136).

A ampliação das oportunidades educacionais no mundo contemporâneo representa, para a força de trabalho, a possibilidade de obtenção dos meios necessários para a compreensão, intervenção e mesmo superação de uma organização que faz de sua alienação e exploração a base da própria reprodução (NEVES, 1999, p. 22-23).

A concepção dicotômica vai delinear o sistema educacional e as políticas para a educação no Brasil. Nesse sentido,

[...] a ofensiva do capital tem se materializado em ações e formulações no sentido de reconfigurar o sistema educacional para atender de modo mais eficiente as novas demandas produtivas, seja preparando o trabalhador para ocupar postos de trabalho em condições mais flexíveis, seja formando o contingente excedente da força de trabalho para aceitar passivamente as condições laborais de precariedade, informalidade ou desemprego (SOUZA, 2010, p. 137).

A reconfiguração do sistema educacional brasileiro tem como objetivo formar competências sociais e profissionais para a formação de um trabalhador de novo tipo, mais adaptado às mudanças constantes do mercado como pressuposto básico para o aumento de produtividade e competitividade das empresas e conformar grande parcela de trabalhadores excluídos à dinâmica da precariedade e do desemprego estrutural. Essa reconfiguração é legitimada pela disseminação da ideologia da falta de qualificação profissional como causa para o desemprego, fundamentada na renovada Teoria do Capital Humano (SOUZA, 2010, p. 137-138).

Nesse contexto, como ações do Estado brasileiro para atender às demandas empresariais de um trabalhador de novo tipo e, ao mesmo tempo, desonerar o Estado dessa formação/qualificação social e profissional, ocorre a elaboração do PLANFOR e do PNQ. Esses planos possuem um ideário de transferência do custo da qualificação profissional para o trabalhador, por meio da

responsabilização individual por essa qualificação. Apesar de esses planos contemplarem algumas reivindicações do movimento sindical brasileiro, o controle social realizado por meio de conselhos tripartites e paritários funciona como mecanismo de conformação da concepção burguesa de formação humana. Assim, esses conselhos se consolidam como espaços de disputa de hegemonia e construção de consenso em torno da sociabilidade burguesa (SOUZA, 2010, p. 138-139).

Nesse contexto, conforme Souza (2010, p. 138-139):

o atual patamar de desenvolvimento da ordem capitalista nos oferece elementos suficientes para afirmar que o ritmo e a direção do desenvolvimento dos sistemas educacionais no mundo contemporâneo são determinados pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, assim como do nível de alargamento dos mecanismos de controle social das decisões estatais. Esses fatores têm se consubstanciado, na atualidade, no impacto econômico e político-social da aplicação da ciência e da tecnologia nos processos produtivos.

A partir do estreitamento entre ciência e vida, trabalho e educação, no estágio atual de desenvolvimento do capitalismo, Souza (2010, p.139-140) afirma que, nesse contexto, a educação da classe trabalhadora deve ser concebida por dois aspectos: no sentido lato como preparação para o trabalho, identificando-se com a escolarização; no sentido *stricto* como preparação para o trabalho, identificando-se com a educação profissional.

Assim, entendemos que o termo “educação básica” faz referência ao sentido lato da formação para o trabalho, ou seja, faz referência à socialização da capacidade de produção do conhecimento científico e tecnológico minimamente necessário ao indivíduo para que ele possa assimilar o nível de racionalidade do trabalho nas empresas e a complexidade da vida contemporânea por intermédio da escola (SOUZA, 2010, p. 140).

Com essa definição de educação básica, a “educação profissional” é concebida em sentido *stricto sensu* da formação para o trabalho, compreendendo a “[...] qualificação e atualização permanente da força de trabalho escolarizada para o domínio de aptidões técnico-produtivas adequadas ao nível de racionalização do trabalho nas empresas contemporâneas” (SOUZA, 2010, p. 140-141). Assim, a formação para o trabalho ocorre tanto no âmbito da escola regular quanto em instituições de ensino profissional. “Esta perspectiva rompe de uma vez por todas com a visão dicotômica entre formação para o trabalho e escolarização, entre trabalho e educação, que tem predominado em nossa sociedade” (SOUZA, 2010, p. 141).

As concepções sobre a educação e a relação entre a educação básica e a educação profissional possuem significados distintos na sociedade com disputa entre classes antagônicas. Nesse aspecto, as concepções se desenvolvem em torno da disputa hegemônica entre a ótica do trabalho e a ótica do capital, com formas e objetivos diferenciados, possuindo em comum o pressuposto da inserção de ciência e tecnologia nos processos produtivos (SOUZA, 2010, p. 141).

Ao analisar a concepção da ótica do capital, Souza (2010, p.141-143) define como seu fundamento a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, com o objetivo de aumento das taxas de mais-valia. Dessa forma, reproduzindo por meio da educação a dominação de classe, desenvolve-se uma dicotomia educacional: destina-se a uma pequena parcela da sociedade a formação para a apreensão dos fundamentos e conceitos do trabalho, no mais elevado patamar de desenvolvimento científico e tecnológico da produção; e para grande parte dos trabalhadores, a conformação técnica e ético-moral, com foco na prática operacional. A concepção educacional na ótica do trabalho está estruturada em uma concepção unitária de formação, refletindo o estreitamento entre ciência e vida, trabalho e educação, com o objetivo de diminuição do tempo trabalho e aumento do tempo livre (SOUZA, 2010, p.141-143).

Como objetivos da formação para o trabalho no mundo contemporâneo, Souza (2010, p. 142) estabelece três principais objetivos, são eles:

- a) identificar os princípios que presidem a relação ativa entre homem e natureza e a relação orgânica entre o indivíduo e outros indivíduos ao longo da história da humanidade;
- b) apreender os fundamentos e os conteúdos do trabalho em determinado padrão de desenvolvimento científico e tecnológico da produção em nível internacional, de modo a intervir autonomamente nesse processo;
- c) solidificar uma consciência moral que atenda aos objetivos da luta pela superação da ordem social burguesa de produção e reprodução social da vida material – em lugar da luta pela “cidadania plena”.

Esses objetivos são definidos em torno da educação básica e da educação profissional, estabelecendo estratégias de superação da dicotomia entre essas modalidades educacionais. Nesse contexto, a concepção de educação na perspectiva do trabalho é resultado da luta dos trabalhadores contra a dominação burguesa. Assim, a concepção unitária de educação tem como objetivo contra hegemônico a superação da ordem social capitalista. Como resultado da luta de classes, a concepção educacional na ótica do trabalho tem como referência a formação *omnilateral*, voltada para a formação humana em sua totalidade, promovendo o “[...] desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação” (SOUZA, 2010, p. 147).

Como alternativa de formação unitária, Souza apresenta o conceito gramsciano de escola desinteressada do trabalho, como uma

[...] síntese entre o que há de positivo na escola desinteressada e na escola do trabalho e, por conseguinte, a negação do idealismo inerente à primeira e do pragmatismo inerente à segunda, constituindo-se em uma concepção pedagógica que se distingue daquelas anteriores, uma concepção nova, revolucionária. Nesse sentido, reafirma-se a preocupação central de Gramsci que é integrar a corrente humanista e a profissional, que se chocam no campo do ensino popular, lembrando que, antes do operário, existe o homem que não deve ser subjugado à

máquina, impelido de percorrer os mais amplos horizontes do espírito (SOUZA, 2010, p. 153).

Concebendo o campo educacional como dimensão da luta de classes e espaço de disputa de hegemonia, as ações do governo brasileiro a partir dos anos 1990 têm buscado construir uma contrarreforma da escola unitária. Essa contrarreforma ocorre fundamentada em outras proposições para a articulação entre a educação básica e a educação profissional, com o objetivo de construção de consenso em torno da manutenção da sociedade de classes e da hegemonia burguesa. Dessa forma, a proposição da escola unitária possui um potencial estratégico para a construção de um projeto alternativo de sociedade com o horizonte de superação do capitalismo (SOUZA, 2010, p. 155).

Compreendendo a educação como uma dimensão da luta de classes, um campo de disputa de hegemonia, a articulação entre a educação básica e a educação profissional sofre modificações de acordo com o metabolismo social do capital. Dessa forma, faremos uma análise da modificação do conteúdo ideológico que dá forma à educação profissional e às políticas sociais na atualidade.

### ***Educação Profissional e a Teoria do Capital Humano***

A sistematização da Teoria do Capital humano como arcabouço teórico adequado à conformação de um padrão de sociabilidade decorre da necessidade de legitimação da nova dinâmica intercapitalista estabelecida a partir do final dos anos 1950 (FRIGOTTO, 2010, p. 48). Com esse objetivo, teóricos neoclássicos buscaram explicar o crescimento econômico ocorrido no período Pós-II Guerra Mundial. O arcabouço dessa Teoria está assentado na concepção de mundo burguesa, ou seja, na apresentação da totalidade social como dicotomia entre o político e o econômico. Dessa forma, o método de análise positivista dos teóricos neoclássicos proporciona um aparato teórico-político mistificador da realidade, constituindo-se em uma análise cíclica, deslocada da realidade (FRIGOTTO, 2010, p. 62-63). Com base nesse aparato político-ideológico, essa Teoria é utilizada como fundamento para a naturalização do modo de produção capitalista, com: a manutenção da dominação de classe; a apropriação da mais-valia como base estruturante desse modo de produção; as alterações na dinâmica da organização do trabalho e das relações de produção; e o decorrente desemprego estrutural, a precarização das relações e condições de trabalho, a flexibilização/desregulamentação do mercado de trabalho.

Em função da mais recente crise estrutural do capital, o processo de reestruturação produtiva do capital está centrado nas inovações organizacionais do toyotismo e em sua lógica de produção enxuta e de exclusão social. Como afirma Alves (2007, p. 245-246),

[...] a promessa frustrada de inclusão social vigente no fordismo, está sendo substituída pela promessa restrita de um novo trabalhador politécnico e liberado

do taylorismo-fordismo, mais imerso numa nova forma de estranhamento e objetivizações fetichistas (como o valor-fetice da empregabilidade). É a lógica contraditória do toyotismo e suas implicações objetivas e subjetivas no tocante a qualificação da força de trabalho que dá conteúdo à formação profissional e às políticas educacionais (ALVES, 2007, p. 245-246).

Para se adequar à lógica toyotista, são exigidas novas qualificações dos trabalhadores, com maior importância as habilidades cognitivas e comportamentais em detrimento das habilidades manuais. Essas habilidades cognitivas e comportamentais são articuladas de forma a adequar-se à dinâmica da produção toyotista, tornando-se indispensável ao seu funcionamento. Essas novas qualificações compõem a nova subsunção real do trabalho ao capital (subsunção formal-intelectual ou espiritual) (ALVES, 2007, p. 247).

Como novas qualificações exigidas, percebemos as seguintes: habilidades cognitivas – novos conhecimentos teóricos e práticos formatado à lógica funcional e sistêmica, capacidade de abstração, comunicação, iniciativa e decisão; habilidades comportamentais – comprometimento, atenção, interesse pelo trabalho, capacidade de trabalho em equipe (ALVES, 2007, p. 248).

O processo de reestruturação produtiva do capital desencadeou mudanças estruturais no mundo do trabalho e na qualificação profissional, refletindo na construção de um aparato ideológico, pautado nas ideologias de empregabilidade e competência, capaz de proporcionar a reformulação das políticas educacionais de formação básica e de formação profissional, adaptando essas políticas à lógica do mercado, da produção toyotizada (ALVES, 2007, p. 248-249).

As ideologias disseminadas para legitimar o regime de acumulação toyotista se desenvolvem de forma contraditória. O regime de acumulação toyotista que é regido pela lógica da financeirização, da produção enxuta, geradora de desemprego e precariedade, que é causa do aumento do desemprego e da exclusão social. Como contradição, podemos ver sua legitimação fundada no conceito de empregabilidade, que prega a possibilidade de se empregar em um mundo voltado para a produção do desemprego. Essa relação entre educação e desenvolvimento é apresentada como a solução para a crise do desemprego (ALVES, 2007, p. 250).

Segundo Alves (2007, p. 251), a promessa de integração ao sistema disseminada na era fordista institucionalizou a escola como mecanismo de inclusão social e de conquista da cidadania. Essa promessa foi legitimada pela Teoria do Capital Humano, que consistia em um acúmulo de conhecimentos e competências individuais que habilitariam o sujeito a concorrer no mercado de trabalho. A associação entre a escola e a promessa integradora direcionou a visão da educação como investimento em capital humano.

Em função da crise capitalista dos anos 1970, ocorre a reformulação da Teoria do Capital Humano, configurando-se no conceito de empregabilidade (ALVES, 2007, p. 251-252). Nesse contexto, Alves (2007, p. 251-252) afirma que,

[...] o conceito de empregabilidade que irá apresentar a nova tradução da teoria do capital humano sob o capitalismo global: a educação ou a aquisição (consumo) de novos saberes, competências e credenciais apenas habilitam o indivíduo para a competição num mercado de trabalho cada vez mais restrito, não garantindo, portanto, sua integração sistêmica plena (e permanente) à vida moderna. Enfim, a mera posse de novas qualificações não garante ao indivíduo um emprego no mundo do trabalho.

Alves conclui que a legitimação das transformações no campo da educação ocorre como exigência de um novo tipo de trabalhador adaptado às mudanças exigidas pela reestruturação produtiva e pelo toyotismo. Essa legitimação ocorre de forma intrínseca ao movimento de exclusão social desencadeado pelo processo de reestruturação produtiva, evidenciando os limites estruturais de um sistema incapaz de integrar os trabalhadores. “Mesmo que todos pudessem adquirir as novas qualificações, o sistema orgânico do capital seria incapaz de absorvê-los. O mercado não é para todos” (ALVES, 2007, p. 252).

O fetichismo da mercadoria é um modo de representação ideológica que inverte e oculta a natureza da mercadoria como produto do trabalho social. Em última instância decorre da perda de controle social. Por isso, na perspectiva clássica de Marx, o socialismo é, por princípio, a re-apropriação do controle social da produção, o autogoverno dos produtores, capaz de abolir o fetichismo em suas múltiplas formas sociais. Desse modo, as novas habilidades cognitivas e comportamentais, as novas qualificações do trabalho ao serem (re) apropriadas pelo ser humano-genérico, desenvolverão novas atividades *omnilaterais*, deixando de ser objetos-fetiches do capital (ALVES, 2007, p. 254).

A formação profissional propagada como garantia de emprego e possibilidade de inserção social, funciona como legitimação do sistema e manutenção do ser humano como instrumentos de perpetuação do sistema metabólico do capital, porém explicitando cada vez mais suas contradições (ALVES, 2007, p.254).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A título de considerações finais, observamos que, diante do crescimento da contestação social e ameaça à hegemonia burguesa, em meados dos anos 1990, a reconfiguração do projeto neoliberal mediatizado pela Terceira Via é apresentado como suposta alternativa a este projeto. Com o objetivo de aprofundar as reformas neoliberais e eliminar os componentes do Estado de Bem-Estar-Social, os partidários da socialdemocracia ou Terceira Via sistematizam seu aparato político-ideológico em teses deslocadas da realidade, apresentando a ordem social capitalista como única alternativa viável para a humanidade. Esse conteúdo político-ideológico tem como objetivo

legitimar as mudanças no nível estrutural, por meio de uma pedagogia capaz de conformar ética e moralmente a sociedade civil aos princípios das leis de mercado.

Nesse contexto de reordenamento da política e da economia, o diálogo social se torna uma das principais diretrizes do projeto de sociabilidade burguês, consistindo em ampla estratégia de reordenamento da política, em nível mundial, fundamentada na possibilidade de conciliação de interesses antagônicos entre capital e trabalho.

Como diretrizes do diálogo social estão o desmonte do Estado de Bem-Estar Social e a conformação da sociedade civil nos limites das leis de mercado. Dessa forma, ocorre a modificação da pedagogia política para a manutenção da hegemonia burguesa em um contexto de ampliação do controle social sobre as decisões estatais. Nesse sentido, essa estratégia se constitui na tentativa de resolução provisória da contradição entre a socialização do poder político e a apropriação privada do poder.

Com base nas diretrizes do projeto neoliberal mediatizado pela Terceira Via, em meados dos anos 1990, o Estado brasileiro aprofunda a reconfiguração de sua relação com a sociedade civil e dos mecanismos de mediação do conflito de classes. Com esse objetivo, o Governo FHC intensifica as mudanças desencadeadas pela hegemonia do projeto neoliberal, mais evidente no início dos anos 1990. Desse processo decorre ampla reforma do sistema educacional brasileiro e a criação de uma complexa engenharia institucional para o desenvolvimento da política pública de trabalho, qualificação e geração de emprego e renda. Nesse sentido, as políticas educacionais se tornam mecanismos estratégicos de conformação de um trabalhador de novo tipo, mais adaptado ao funcionamento do aparelho econômico e condicionado às leis de mercado.

Nesse contexto, a política pública de trabalho e renda é articulada à política de formação e qualificação profissional, estruturada com o arcabouço político/metodológico do projeto neoliberal mediatizado pela Terceira Via. A disseminação dessa nova “cultura” articulada à ideologia da qualificação profissional proporciona o aparato político-ideológico voltado para a construção da sociedade civil ativa e a formação de um novo bloco histórico. Essa disseminação é realizada em meio ao fomento da participação política de representações da classe trabalhadora. Nesse sentido, o fomento à participação política se constitui no processo de socialização política, porém uma socialização limitada aos pressupostos da engenharia institucional e condicionada às regras estabelecidas pelo órgão normalizador.

Assim, a disseminação uma nova “cultura cidadã”, baseada no individualismo como valor moral radical, no empreendedorismo e na competitividade, como padrão de sociabilidade necessário ao atual estágio do capitalismo monopolista.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 29-64.
- ALVES, Giovanni. Reestruturação produtiva, novas qualificações e empregabilidade. In: ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2ª edição. Londrina (PR): Práxis, 2007. p. 245-256.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 15-34.
- BEHRING, Elaine Rossetti. Fundamentos de política social. In: MOTA, Ana Elizabete *et alli* (Orgs.). **Serviço social e saúde**: formação e trabalho profissional. 2006. 27 p. Disponível em: [[http://www.fnepas.org.br/pdf/servico\\_social\\_saude/texto1-1.pdf](http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-1.pdf)]. Acessado em 04/01/2012.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 9ª edição. São Paulo: Cortez, 2010.
- GIDDENS, Anthony. **A terceira via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Traduzido por Maria Luzia X. de A. Borges. 5ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2005. 169p.
- GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Traduzido por Luiz Mário Gazzaneo. 7ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- LIMA, Kátia Regina de Souza; MARTINS, André Silva. Pressupostos, Princípios e Estratégias. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005. p. 43-67.
- LIMA, Kátia. Novas configurações da luta de classes e refundação do projeto burguês de sociabilidade. **Revista Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, ano 6, nº 6, 36p. , 2008.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Traduzido por Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Traduzido por Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 1998.
- NEVES, Lúcia M. W. **Educação e Política no Brasil de Hoje**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1999. p. 11-38.

NEVES, Lúcia M. W; SANT'ANNA, Ronaldo. Introdução: Gramsci, o Estado educador e a nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005. p. 19-38.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Traduzido por Angelina Peralva. 6ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 17 a 49.

SOUZA, José dos Santos e ARAÚJO, Renan (Org.). **Trabalho, educação e sociabilidade**. Maringá (PR): Práxis; Massoni, 2010.

SOUZA, José dos Santos. A qualificação do trabalhador no contexto da construção de nova regularidade para a produção social da vida material no capitalismo contemporâneo. In: TUMOLO, Paulo Sérgio e Batista, Roberto Leme (Org.). **Trabalho, economia e educação: perspectivas do capitalismo global**. Maringá (PR): Práxis; Massoni, 2008. p. 313-341.

\_\_\_\_\_. Trabalho, educação e luta de classes na sociabilidade do capital. In: \_\_\_\_\_; ARAÚJO, Renan (Org.). **Trabalho, educação e sociabilidade**. Maringá (PR): Práxis; Massoni, 2010. p. 133-157.